

EMENDA ADITIVA No ____ À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.109, DE 28 DE MARÇO DE 2022

Acrescente-se ao art. 2º da Medida Provisória nº 1.109/2022 o seguinte inciso:

Art. 31. (...)

[...]

III – não integrará a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do empregado;

IV - não integrará a base de cálculo da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários;

V – poderá ser considerada despesa operacional dedutível na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real;

VI - terá natureza indenizatória. (NR)

[...]

JUSTIFICAÇÃO

No intuito de perpetuar a boa experiência concretizada pela Lei nº 14.020/2020, a MP nº 1.109/2022 elenca entre as medidas para enfrentamento de calamidade pública, a possibilidade de instituição, pelo Poder Executivo federal, de Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda, para o enfrentamento das consequências sociais e econômicas de estado de calamidade pública.

Com isso, sempre que o Poder Executivo federal reconhecer uma situação de calamidade pública, poderá oferecer como alternativas para mitigação de danos sociais e econômicos o pagamento do Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (BEm) e as possibilidades de redução proporcional da jornada de trabalho e do salário e de suspensão temporária do contrato de trabalho.

Merece destaque, nesta MP, a expressa exclusão, para recebimento do BEm, do trabalhador com vínculo firmado em contrato de trabalho intermitente, referido no art. 452-A da CLT.

É importante ressaltar que esta espécie de contrato não pode ser confundida com os serviços caracteristicamente intermitentes, mencionados no art. 6º da Lei nº 5.889/73. Neste ponto, cabe destacar que a MP nº 1.109/2022 é plenamente aplicável às relações de trabalho regidas pela Lei nº 5.889/73, conforme previsão expressa da alínea “b” do inciso I de seu art. 46.

A medida provisória em análise, no § 6º de seu art. 28, também trata da possibilidade de percepção do BEm pelo aprendiz e de sua compatibilidade com o benefício de prestação continuada de que trata a Lei nº 8.742/93. A percepção do BEm aos contratos de aprendizagem, bem como aos de jornada parcial, frise-se, consta do parágrafo único do art. 37 da MP.

Assim como previsto na Lei nº 14.020/2020, a MP nº 1.109/2022 prevê a possibilidade de o BEm ser acumulado com o pagamento, pelo empregador, de ajuda compensatória mensal, em decorrência da redução proporcional da jornada de trabalho e do salário ou da suspensão temporária do contrato de trabalho de que trata.

No entanto, sobre a ajuda compensatória, a MP em análise se omite quanto à sua natureza e sua não integração a base de cálculo do imposto sobre a renda retido na fonte ou da declaração de ajuste anual do imposto sobre a renda da pessoa física do empregado e da contribuição previdenciária e dos demais tributos incidentes sobre a folha de salários.

Nos termos da MP se depreende que tal ajuda de custo integraria as referidas bases de cálculo. Ademais, essa ajuda também não seria considerada despesa operacional dedutível na determinação do lucro real e da base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) das pessoas jurídicas tributadas pelo lucro real.



Tais pontos, constam da Lei nº 14.020/2020 e, salvo melhor juízo, seriam benéficos para empregados e empregadores que venham a se deparar com situações de calamidade pública cujos efeitos esta medida provisória pretende mitigar.

Sala das Sessões,



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. José Rocha
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD223980162800>